A primeira abolição não resultou na emancipação econômica e educacional dos libertos. A segunda é para corrigir esse malogro

Façamos a abolição outra vez. A primeira abolição não resultou na emancipação econômica e educacional dos libertos. A segunda abolição é para corrigir esse malogro fatal de nossa história, superado em gravidade apenas pelo próprio mal da escravatura. Só a partir dessa correção é que criaremos nós, os brasileiros de hoje, condições para que possa o Brasil ser útil à humanidade e a si mesmo. Tenhamos claros o problema, o perigo e a tarefa.

O problema é que a injustiça racial continua a campear entre nós. Ao campear, envenena tudo em nossa vida nacional. Negros ganham muito menos do que brancos. Ocupam, com grande desproporção, os lugares mais subalternos e humilhantes na sociedade brasileira.

A única coisa que sempre foi, e continua a ser, barata no Brasil é o trabalho de negro ou de negra. Pouco adianta discutir se são menos remunerados apenas porque ocupam as funções mais baixas ou também porque são tratados desigualmente mesmo quando desempenham as mesmas funções que seus pares brancos.

A desigualdade dos acessos aos meios da qualificação é tão radical que permite à discriminação -quase sempre evasiva e ambivalente entre nós- esconder-se atrás do disfarce do tratamento igual.

É certo que essa injustiça se manifesta de maneira diferente de como se manifestaria em países que evitaram a miscigenação racial e o sincretismo cultural. Como a fórmula tradicional dos relacionamentos entre as pessoas no Brasil foi a sentimentalização das trocas desiguais -a mistura insistente da troca, da prepotência e da afeição-, as relações entre as raças foram também banhadas nesse elixir. Para o bem e para o mal.

O perigo é que nos deixemos seduzir por duas respostas erradas à problemática da abolição inacabada.

O primeiro erro seria interpretar a miscigenação e a tolerância no Brasil como êxitos em alcançar a democracia racial. Democracia racial é projeto, não realidade do povo brasileiro.

Miscigenação racial é estímulo para que nos unamos, não garantia de união nacional. Sincretismo cultural é instrumento, não solução.

O segundo erro seria seguir o caminho dos Estados Unidos ao desvincular a reação contra a injustiça de raça da luta contra a injustiça de classe. O resultado dessa separação lá foi uma política que ajudou a construir uma burguesia negra, mas que deixou a massa de negros pobres e desqualificados sem meios, sem lideranças e sem rumo.

Melhor exemplo é o que os Estados Unidos, no Sul derrotado, tentaram fazer logo após a Guerra Civil, só que por pouco tempo e sem suficiente respaldo político: vincular a superação da discriminação racial a esforço de reconstrução econômica.

A tarefa é dar conteúdo a tal vinculação agora no Brasil. E fazê-lo graças à

combinação de duas linhas de ação: uma, superficial e contestadora; a outra, profunda e reconstrutora.

A contestação é para atacar o mecanismo que faz da distribuição desigual de oportunidades econômicas e educativas o meio para a reprodução da injustiça racial: usar o direito e os tribunais para exigir primeiro das maiores escolas e das maiores empresas e depois de empresas e escolas menores que recrutem brasileiros negros e mestiços. E que ajudem, quando necessário, a qualificá-los. A falta de candidatos qualificados, longe de servir como justificativa, define tarefa que as maiores organizações privadas do país devem compartilhar com o Estado brasileiro.

A reconstrução é para mudar na raiz as instituições e as práticas que impedem o aprofundamento da igualdade de oportunidades. Instrumentalizar as pequenas empresas que representam a maior força de nossa economia. Reformar o modelo institucional das relações entre o trabalho e o capital no interesse da maioria excluída. E oferecer às crianças pobres, desproporcionalmente negras, mais talentosas e esforçadas um conjunto de apoios econômicos abrangentes e de oportunidades acadêmicas extraordinárias que lhes permita se transformarem em vanguarda do mérito e abrir caminho para as outras.

Nosso país está predestinado a se engrandecer sem imperar. Para que esse destino se consume, porém, terá a nação de unir-se. E, para unir-se, aprender a enfrentar, sem medo nem rancor, e por sucessivos atos de despojamento e de desassombro, o legado da escravatura africana. Se fizer isso, o povo brasileiro fará justiça a si mesmo. Passará a aceitar-se pelo que é e pelo que pode vir a ser. Deixará de temer sua própria grandeza.

ROBERTO MANGABEIRA UNGER, 61, professor titular da Faculdade de Direito da Universidade Harvard (licenciado), é ministro extraordinário de Assuntos Estratégicos e ex-colunista da Folha.

Artigo publicado originalmente na Folha de S. Paulo, 13/05/2008